



Lagares rupestres vinários do concelho de Lousada

Luís Sousa*

RESUMO

Procede-se a uma reflexão historiográfica que visa dar a conhecer a realidade dos lagares rupestres associados à produção de vinho, atualmente identificados no concelho de Lousada, partindo, por ora, de um breve estudo individual. Por se encontrarem sem contexto arqueológico, oferecem cronologia imprecisa. Porém, não deixam de constituir um importante testemunho do povoamento e da antiguidade da produção de vinho no território analisado.

ABSTRACT

With this work we proceed to a historiographical reflection that aims to make known the reality of the rupestrian presses associated with the production of wine, currently identified in the county of Lousada, starting, for the time being, from a brief individual study. Because they are without archaeological context, they offer inaccurate chronology. However, they effectively constitute an important testimony of settlement and antique wine production in the analysed territory.

PALAVRAS-CHAVE

Lagares rupestres, época romana, Idade Média, vale do rio Sousa, Lousada.

KEYWORDS

Winepresses, Roman period, Middle Age, river Sousa valley, Lousada.

* Arqueólogo. Câmara Municipal de Lousada.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto compreende uma primeira reflexão historiográfica e de breve estudo individual, com o propósito de oferecer uma visão global da realidade dos lagares rupestres associados à produção de vinho, atualmente identificados no concelho de Lousada. Pese embora a ausência de quaisquer contextos arqueológicos diretamente associados às construções rupestres vinárias retratadas, o que resulta na definição de cronologias de amplo espectro cronológico, constituem um importante testemunho do povoamento e da antiguidade da produção de vinho no território analisado.

Mercê de favoráveis condições edafo-climáticas, algumas regiões de Portugal atingiram, na atualidade, elevados padrões de qualidade na produção de vinho, ao ponto de a vitivinicultura ocupar um relevante lugar entre as atividades económicas praticadas em certos concelhos. Se presentemente este aspeto é reconhecível e facilmente se comprova, em virtude dos avanços técnicos alcançados pela enologia, cujos meios ao dispor tendem a uma normalização do setor e permitem um maior controlo de todo o processo, desde a seleção do solo ao engarrafamento, no “passado” todo o método obtemperava a critérios de carácter empírico, que só um longo tempo de cogitação permitia o alcance dos basilares, mas indispensáveis, conhecimentos que presidiam à seleção de castas e solos rendáveis.

Se os recipientes anfóricos recolhidos em contextos arqueológicos são prova do consumo de vinho, a inexistência de dados documentais e a ausência de estruturas de transformação impedem a afirmação de que no concelho de Lousada houve, efetivamente, produção de vinho na Antiguidade Clássica. Situação oposta se afigura no panorama para a Idade Média. Para este período, ainda que sob formas estereotipadas, contamos com várias referências escritas a vinhas, aludidas aquando da discriminação dos bens dos prédios rústicos, e ao vinho, citado, no mais das vezes, como produto tributado pelo senhor da parcela de terra arrendada. Se este aspeto tem, no século XIII, a sua maior expressão, aliás coincidente com o que vem sendo apontado para a generalidade do território nacional, em que vemos serem criadas particulares condições para a disseminação desta planta, facto “que demonstra a expansão agrária que o Portugal rural viveu neste período” (Mattoso, Krus e Andrade, 1993, pp. 73-74), o concelho patenteia medievais alusões documentais que não são desmerecedoras de nota, sobretudo as de recuada data, que, embora aguardem o devido enquadramento histórico, são, sem dúvida, um indelével testemunho da existência de vinhedos no atual território do concelho de Lousada, sendo alguns dos escritos anteriores à Nacionalidade. A título de exemplo, refira-se uma carta do mosteiro de Pendorada, de doações a particulares, datada de maio de 770, onde, entre os vários bens arrolados para a “villa Sonosello”, na freguesia lousadense da Ordem, são identificados pipos, pipas, vinhas e um lagar (*apud* Lopes, 2004, pp. 313-314). Esta missiva constituir-se-á, eventualmente, como uma das mais antigas e completas composições de um casal rural da bacia inferior do rio Douro, onde a cultura da vinha é uma insofismável realidade económica.

Uma vez que os dados documentais, no tocante a esta matéria, são, por vezes, algo opacos, porque pouco desenvolvida a vinha no território, esta perde recorrentemente a importância para os cereais, particularmente para o pão, por ser a base de toda a ali-

mentação, e em razão de se afigurarem de complexa destriça, por os bens dos prédios aparecerem mencionados sob fórmulas textuais muitas vezes estereotipadas (Coelho, 1988, p. 134), abre-se aqui espaço à arqueologia, que, com os devidos métodos de reconhecimento do território, pode fornecer dados complementares, ou mesmo inovadores, para a resolução das muitas questões que nos coloca a problemática da vitivinicultura na Idade Média e mesmo na Idade Moderna, no caso vertente para o concelho de Lousada, que, para o concreto estudo dos seus mais variados aspetos, é precisamente o campo da arqueologia a face visível do avanço do conhecimento deste tema.

2. LAGARES RUPESTRES DO CONCELHO DE LOUSADA

Comparativamente a outras circunscrições administrativas em Portugal, Lousada não é abundante neste tipo de cavações rochosas associadas à transformação de uvas em mosto. Ainda assim, destaca-se do panorama vigente no Vale do Sousa, contando com uma referência documental setecentista a um lagar na freguesia de Caíde de Rei e a três nas congéneres de Vilar do Torno e Alentém, União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga e União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão).

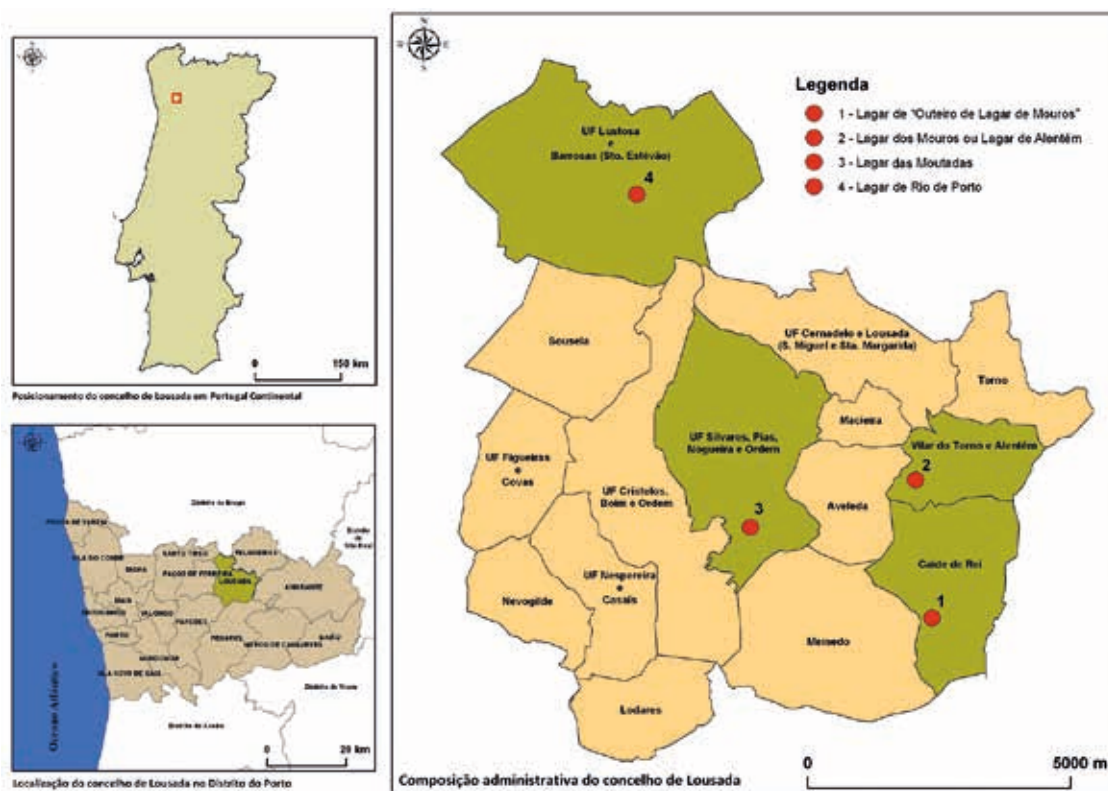


FIGURA 1. Contexto geográfico, composição administrativa e distribuição dos lagares rupestres no concelho de Lousada.

O baixo número de lagares rupestres de momento inventariados não deverá ser condição *sine qua non* para afastar Lousada enquanto concelho produtor/exportador de vinho no arco temporal que vimos apontando, pois seriam várias as soluções ao dispor para reduzir as uvas a mosto, designadamente as dornas de madeira, cuja utilização está comprovada em Portugal, desde a presença romana à atualidade.

O facto de estas construções rupestres se encontrarem usualmente dissociadas de qualquer relação estratigráfica tem impossibilitado a resolução das muitas questões que suscitam, sendo efetivamente considerado o principal aspeto que vem impedindo a sua cabal caracterização crono-cultural. Do ponto de vista funcional, também têm gerado algumas dúvidas, aventando-se a possibilidade de os lagares cavados na rocha poderem gozar de uma dupla função: a de lagar de produção de azeite e/ou de vinho. Algumas razões fundamentam a convicção própria de que tal circunstância terá sido inviável. Por um lado, porque o uso do lagar na produção de vinho e de azeite, ainda que espaçado no tempo, conferiria, eventualmente, gostos a cada um dos produtos transformados, e, por outro, porque forçosamente ter-se-ia de adaptar um engenho destinado à preparação da pasta, por maceração da azeitona, cuja mecânica de funcionamento não tem acomodação possível, em virtude da morfologia, pelo menos nas infraestruturas analisadas neste ensaio, ao que acresce a imperativa presença de água corrente em área próxima, condição que não se verifica na totalidade das construções arroladas no concelho, água esta que teria de ser aquecida para dar lugar à caldeação, que, por certo, obrigava à presença de uma dependência, de que não se conserva qualquer vestígio.

2.1. LAGAR DE “OUTEIRO DE LAGAR DE MOUROS” (CAÍDE DE REI)

Há muito desaparecido da memória coletiva local, o topónimo Outeiro de Lagar de Mouros, que designou um morro granítico no lugar de Ortezelo, em Caíde de Rei, é um bom exemplo do quão esclarecedor se pode revelar o estudo dos nomes dos lugares de uma terra. Este aparece mencionado no *Auto de demarcação e divisão da freguesia de Meinedo ordenado pelo Rei D. Pedro por alvará de 19 de Maio de 1705* (*apud* Lopes, 2001, pp. 242-252), auto que viria a ser executado a 10 de setembro de 1709. Tal demarcação consistiu na confirmação e colocação de marcos de pedra ao longo das confrontações do denominado Arcediagado de Meinedo. Aquando da confirmação da fronteira entre a dita freguesia de Meinedo e a de Caíde de Rei é referido, no citado documento, que a demarcação passa “pelas bouças de Orsinhas acima pelo pé do Outeiro de lagar de mouros” (*apud* Lopes, 2001, p. 244). Seguindo a descrição passo a passo, particularmente no tocante ao local onde se procedia à fixação de cada marco indicado no solo, foi possível reconhecer o então chamado “Outeiro de lagar de mouros”, que toma, na atualidade, o nome de Outeiro de Moinhos, elevação de topo levemente aplanado, que se topa a noroeste da estação de caminho-de-ferro de Caíde. Pelo que foi possível apurar, existiu efetivamente ali um conjunto de cavidades, desconhecendo-se, todavia, qual a forma, número de compartimentos e que relação existia entre si, pois aponta-se, localmente, para o seu arrasamento, em resultado de desaterros realizados para a construção de

habitações unifamiliares¹ (Sousa, 2016, p. 23). Apesar da impossibilidade de se verificar cabalmente que tipo de estrutura ali existiu, a forma composta do topónimo parece não deixar dúvidas de que estaríamos perante um lagar rupestre associado a uma exploração agrária, que terá usufruído de especiais condições para a prática da vitivinicultura, favorecidas, em parte, pelo ribeiro de Caíde, e que aqui se implantou e desenvolveu, eventualmente, ao longo da Idade Média, se não mesmo em momento anterior, mas que na Idade Moderna parece não subsistir, sendo somente remanescente a estrutura lagareira rupestre que, mercê da antiguidade, assume o epíteto de “dos mouros”.

2.2. LAGAR DOS MOUROS OU LAGAR DE ALENTÉM (VILAR DO TORNO E ALENTÉM)

Popularmente conhecido por lagar dos Mouros², encontra-se este lagar localizado na freguesia de Vilar do Torno e Alentém, implantado numa zona de suaves pendentes sobre a margem esquerda do rio Sousa, em cotas a rondar os 200 metros de altitude (Sousa, 2012, p. 1). Ainda que se trate de uma área pautada pela presença de granitos monzoníticos biotíticos, porfiroides, de grão grosseiro, o lagar revela, contudo, um traço e pico cuidado, merecendo, por isso, destaque a mestria do executante, por certo um pedreiro experimentado, conhecedor do *modus faciendi* deste tipo de unidades de transformação.

Estudos e comparações efetuadas com outras estruturas similares presentes, por exemplo, nos vizinhos concelhos de Paços de Ferreira, Amarante e Marco de Canaveses admitem avançar que, tal como aquelas, também o lagar de Vilar do Torno e Alentém estaria implantado no seio de uma vinha, entretanto desaparecida, associado a uma pequena propriedade agrícola, com propensão para a vitivinicultura. Ao contrário do que se constata em análogas unidades, este lagar não possui qualquer entalhe que sugira a presença de cobertura para resguardar, enquanto durasse a vindima, o vinho e os vindimadores dos dias de maior rigor climático.

Coube a Pinho Leal a primazia de tecer, no último quartel do século XIX, as primeiras considerações a propósito do lagar de Vilar do Torno e Alentém. Reportando-se a Vilar do Torno, no seu *Portugal Antigo e Moderno* relata que há “n’esta freguezia um serro denominado Eira dos Mouros – e na parochia d’Alentem, visinha e sua annexa, há tambem uma velharia muito interessante, denominada Lagar dos Mouros, o que tudo prova que os mouros tiveram demorada residência n’estes sítios” (Pinho Leal, 1886, p. 1284). Mais adiante, ao reportar-se a Alentém, diz que “está na grande quinta d’Alentem, na parte hoje occupada pela quinta districtal, o celebre lagar dos mouros, cavado a picão na rocha e comprehendendo um lagar com sua dorna ou lagareta, - construção antiquíssima, geralmente attribuida aos mouros” (Pinho Leal, 1886, p. 1286). Seguida-

¹ Agradecemos a Andreia Madureira, caídense, as prestimosas informações relatadas.

² Esta e outras expressões similares derivam do facto de, tradicionalmente, as populações locais conotarem certos monumentos e sítios arqueológicos com a passagem de povos árabes e berberes pelo território português.

mente, José Augusto Vieira, na esteira do que havia dito Pinho Leal, dá nota que “na quinta de Alentem existe uma notavel curiosidade archeologica, pelo povo chamada o lagar dos mouros, cavado a picão na rocha e compreendendo um lagar com sua dorna ou lagareta; é uma construção antiquissima e não custa acreditar na versão popular, fossem os árabes ou os romanos os autores d’essa obra, que parece evidentemente destinada a um uso agricola” (Vieira, 1887, p. 367).

A mais longa e pormenorizada descrição desta unidade agrária coube, contudo, aos agrónomos Pedro Bravo e Duarte de Oliveira que, na obra *Vinificação Moderna*, consideraram o lagar de Vilar do Torno e Alentém exemplar único em Portugal e que “por ser tão tósco, tem resistido á destruição da mão barbara da civilização que procura destruir tudo quanto é velho”. Anotam que se localiza em Alentém, aproximadamente a uns 200 metros a leste de onde se encontrou instalada a “Quinta Districtal do Porto (...), n’um pequeno monte, á esquerda do caminho que conduz á estrada districtal, que vai para Cahide” (Bravo e Oliveira, 1917, p. 214).

Como acima anotado, descrevem os autores detalhadamente o monumento, bem como fazem acompanhar o texto com uma ilustração, a mais antiga figuração do mesmo de que temos conhecimento.

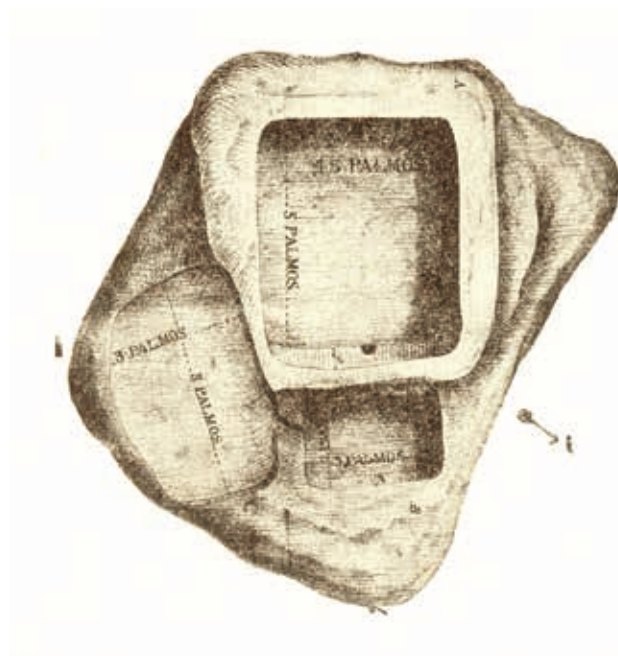


FIGURA 2. Representação do lagar de Vilar do Torno e Alentém (Bravo e Oliveira, 1917, p. 214).

Sobre o lagar dizem os citados autores:

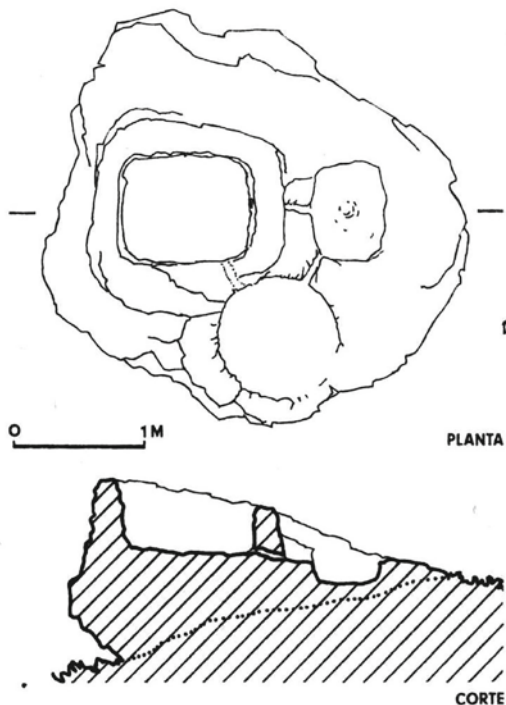
“que, de longe, nada mais indica que um pedaço de granito de 1,76 de altura, e que, visto de perto, se mostra cavado de tres pias: uma maior, communicando com outra menor por meio de um furo, tendo a maior (A) 1,10 de comprimento, 0,99 de largura e 0,66 de altura; a mais pequena (B) 0,66 de comprimento, 0,44 de largura e 0,22 de altura. Com esta pia mais pequena comunica, por um canal, a outra (C) muito pouco funda e que tem tambem 1,10 de comprimento e 0,66 de

largura. A pia B é a de nível mais inferior ás outras duas, e a C tem proximamente o mesmo nível da A. O penedo apresenta um declive desde a até b na relação de 1,76 em a para zero em b. Em vista d'esta disposição em que se acham as tres pias, o liquido que se deita em A ou C passa logo para B.

Todos affirmam que isto era um lagar de vinho, e, com effeito, o conjunto das tres pias, communicando duas com as mais pequenas, não deixa duvida alguma de que só poderia servir para fabrico de vinho. Expremendo-se a uva na pia A, o môsto poderia passar para a pia B, e aquella pia C que pouco se acha cavada na rocha com o canal que a communica com a B, parece azada para sobre ella se pôr o pé da uva, depois de espremida em A, e acabar de escorrer para aquella pia B, onde se reuniria todo o môsto espremido.

Para a história da vinificação portugueza, o lagar – se lagar foi – que vimos descrevendo, é de valor extraordinario, porque nos leva até ao principio rudimentar de vinificar em Portugal; mas não é da nossa competencia levar as investigações mais longe. Assignalamos a sua existencia e deixamos o campo aberto aos archeologos de profissão que, melhor do que nós, devem saber desenvolver a questão” (Bravo e Oliveira, 1917, p. 215).

Mário Cardozo (1946, pp. 134-150), num seu ensaio intitulado “Lagares dos Mouros”, fez sobressair Chaves pela grande quantidade de lagares ali conhecidos, concluindo que “desde afastados tempos, a vinha tem sido cultivada nas encostas que marginam a extensa e fértil veiga flaviense” (Cardozo, 1946 *apud* Nunes, 1999, p. 690). Mais adiante, dando nota de similares infraestruturas em outros quadrantes geográficos, aponta aquele mesmo investigador que “em Alentém, próximo do Porto, existe outro, localizado pelos agrónomos Pedro Bravo e Duarte de Oliveira, que o julgaram exemplar único em Portugal” (Cardozo, 1946 *apud* Nunes, 1999, p. 694).



Na *Enciclopédia Luso-Brasileira*, a propósito do termo “lagar (ou lagareta pelas pequenas dimensões)”, D. Domingos de Pinho Brandão ([1971]), apesar de não ter qualquer descritivo respeitante à infraestrutura agrária sobre a qual nos debruçamos, ilustra o artigo com uma fotografia, bem como com uma planta e respetivo corte do lagar de Vilar do Torno e Alentém, reprodução que julgamos ter a assinatura do arquiteto Fernando Lanhas, amigo de longa data de Pinho Brandão.

FIGURA 3. Desenho do lagar de Vilar do Torno e Alentém, provavelmente da autoria do arquiteto Fernando Lanhas (Brandão, [1971]).

No decurso da realização do levantamento patrimonial, em 1992, para a elaboração da carta arqueológica de Lousada, desenvolvida por Mendes-Pinto, trabalho que permitiu uma visão mais clara e alargada da realidade arqueológica concelhia até então conhecida, o lagar dos Mouros é visitado por aquele investigador, que relata tratar-se de uma lagareta que “apresenta três cavidades, duas das quais comunicam com uma terceira que lhe fica em plano inferior e que se destinaria a receber o líquido espremido nas outras duas. Constitui um óptimo exemplar do tipo de pequenos lagares de vinho ou de azeite da época romana” (Mendes-Pinto, 1992). Acrescenta ainda que “a localização desta lagareta neste esporão que se recorta da veiga plana do vale do Rio Sousa, vem colocar a questão da existência, nas suas proximidades, de uma Villa romana com as suas dependências agrícolas perto da “pars urbana”, a casa do senhor” (Mendes-Pinto, 1992). Termina frisando que “não existem dados que permitam determinar a sua cronologia” (Mendes-Pinto, 1992). Por seu lado, Lino Dias localiza para a área envolvente ao lagar um provável complexo rural do tipo *Villa*, mas, como o próprio refere, os vestígios cingem-se somente à presença de uma “uma lagareta com três cavidades” (Dias, 1997, p. 302). Trabalhos de batida de campo, desenvolvidos na zona pelo signatário do presente texto, revelaram pequenos fragmentos cerâmicos, eventualmente de *tegulae*, material de construção de tradição romana que, mercê da sua resistência e durabilidade, foi empregue na cobertura de telhados de edifícios, maioritariamente religiosos, mas também civis, até, pelo menos, aos finais da Alta Idade Média. Este tipo de vestígio, que temos identificado em diversos pontos do concelho de Lousada, foi aqui, de igual modo, observado por Mendes-Pinto (1995, p. 278). Também na *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada* se encontra uma breve descrição do monumento, sendo apontada para o lagar uma cronologia romana ou mesmo medieval (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2008, pp. 215-216). Mais recentemente, Soares de Moura (2009, p. 110) confere espaço próprio ao lagar de Vilar do Torno e Alentém na sua obra *Lousada Antiga*, ainda que sem se alongar e sem novo contributo interpretativo, circunscrevendo-se somente ao que até então havia sido dito de mais relevante sobre a estrutura.

Os poucos vestígios materiais que vêm sendo observados nas cercanias da unidade agrária de Vilar do Torno e Alentém, aliados ao posicionamento topográfico sobre um troço médio do rio Sousa, ao elevado potencial agrícola dos solos, à abundante presença de água, bem como ao cruzamento na zona de uma possível via romana que provinha de Macieira da Lixa (Felgueiras) em direção à serra de Santa Justa (Valongo), com passagem por Meinedo, têm levado a caracterizar o lagar como de época romana. Em boa verdade, fruto da intensa alteração topográfica imprimida na área envolvente, não é permissível, de momento, no concernente a uma interpretação mais concreta do ponto de vista crono-cultural, avançar com profundas interpretações. Ressalvamos, todavia, que apesar das características naturais desta parcela do território concelhio, dos vestígios de materiais de construção usualmente conotados com assentamentos romanos ou romanizados e da existência próxima de uma ponte de fundação romana em Barrimau (Aveleda), hoje desaparecida, estes não deverão, por si só, servir de cabal prova de que o lagar é do período em que o território esteve sob o domínio dos povos do Lácio. Antes sim, deverão ser interpretados como elementos que apontam para uma efetiva e continuada ocupação do território, desde o domínio romano até, pelo menos, à Baixa Idade Média, o que é reflexo de estarmos diante de terras aráveis e apetecíveis, em face das



FIGURA 4. Lagar de Vilar do Torno e Alentém. Perspetiva de norte (2010).

favoráveis condições edafo-climáticas, hidrológicas e orográficas, para uma rentável atividade agrícola.

Esta singular infraestrutura agrária foi lavrada num bloco rochoso de cerca de 8,5 m², compondo-se de três cavidades que comunicam entre si por gravidade. No plano mais elevado encontra-se o piso, de planta retangular, espaço destinado à pisoagem das uvas e que revela uma área útil de 0,86 m², com dimensões na ordem dos 1,05 m de comprimento e 0,86 m de largura. O pio, cuja função era o de servir de recetáculo ao mosto resultante da pisa, foi aberto em plano imediatamente inferior e em conexão com aquela depressão por meio de um canal “ocular”, compreendendo uma pequena cavidade, de formato retangular, que não ultrapassa, em média, os 0,35m² de superfície. Por último, o prato, de formato subcircular, talhado à esquerda, em plano intermédio entre o piso e o pio, tem uma superfície de 0,64 m² e um perímetro que ronda os 2,8 m. Este liga diretamente ao pio através de um sulco ou canal de perfil em “U”³. Pelas dimensões e pela capacidade de cada uma das cavidades se deduz tratar-se de um lagar de tipo “bica aberta”, resultando num vinho rosado pálido, mercê de não haver lugar à cozedura do vinho no lagar conjuntamente com o cangaço.

³ Queremos deixar aqui um especial agradecimento à Dra. Isabel Pereira e ao Eng. Luís Miguel Costa, que amavelmente permitiram que melhor estudássemos este monumento, facilitando o seu acesso para que realizássemos o seu registo gráfico.

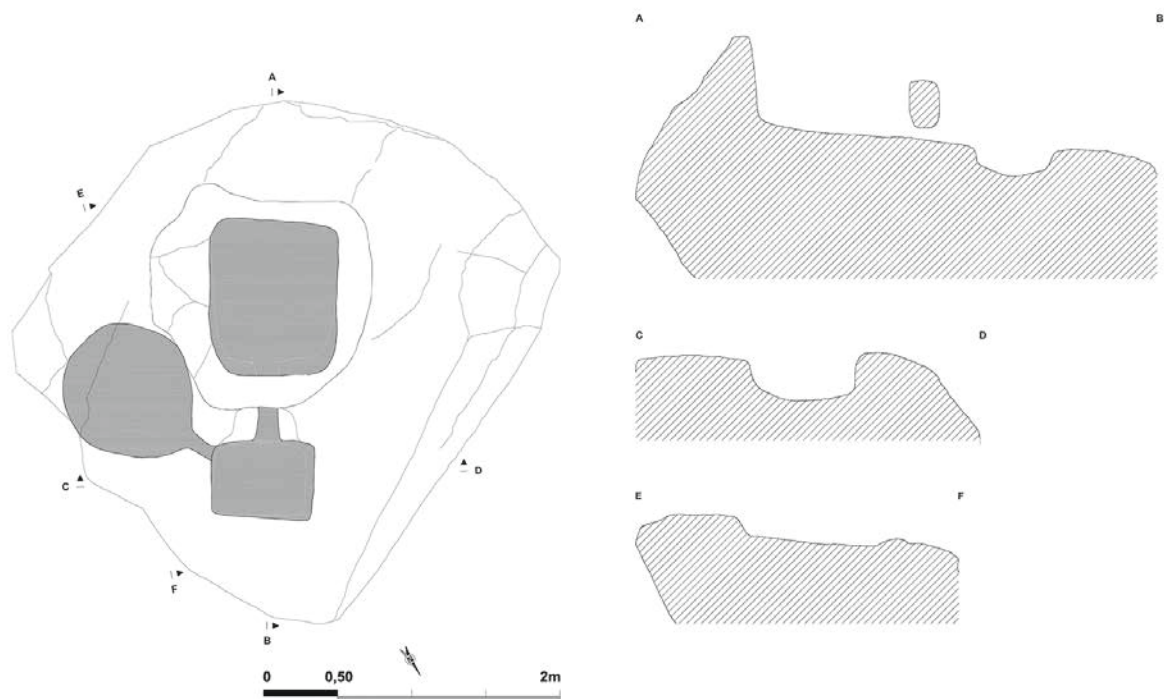


FIGURA 5. Planta e perfis do lagar de Vilar do Torno e Alentém (2010).

Pese embora a difícil datação, em parte por se tratar de uma infraestrutura cuja tipologia se conhece desde recuada memória até tempos modernos e, tal como anteriormente referido, por fazer parte de um tipo de estrutura usualmente sem estratigrafia associada e de reduzida presença ou mesmo ausência de espólio de qualquer espécie nas imediações, consideramos que o lagar de Vilar do Torno e Alentém, ou lagareta, segundo a forma popular, poderá ser enquadrável na Baixa Idade Média, dada a similitude com outros lagares congéneres que temos tido oportunidade de observar em concelhos vizinhos, como, por exemplo, em Amarante, Marco de Canaveses e Paços de Ferreira, ou mesmo existentes em concelhos mais distantes, como Barcelos, Chaves, Meda, etc., cujos contextos possibilitam apontar aquela cronologia.

2.3. LAGAR DAS MOUTADAS (PIAS)

O sítio onde assenta esta estrutura rupestre corresponde a uma ampla superfície rochosa que se desenvolve acima da rua das Moutadas, no extremo sudoeste do que se convencionou chamar de castro de Pias (Silva, 1986, p. 84). Para Mendes-Pinto (1992), estaremos perante um povoado da Idade do Ferro, talvez romanizado, de cariz agrícola, embora a diacronia de ocupação seja difícil de precisar, dada a ausência de vestígios à superfície. Em boa verdade, não lográmos, até ao momento, obter sobre o sítio quaisquer dados que permitam o avanço de renovadas considerações. Mesmo a abertura recente de um caminho florestal de acesso ao topo do morro, que permitiu observar, em alguns tramos, a estratigrafia do monte, revelou a total ausência de vestígios arqueológicos.

Como dissemos anteriormente, um dos principais problemas que tem obstado a interpretações clarificadoras respeitantes à cronologia e, em certa medida, à própria funcionalidade deste tipo de estruturas, radica, usualmente, na impossibilidade de uma leitura estratigráfica vertical, devido à falta de sedimentos associados, por estarem cavadas em superfícies rochosas recorrentemente afastadas de quaisquer coetâneos focos de povoamento, e em razão da opacidade documental no tocante à direta menção a estruturas de transformação, no caso vertente, ligadas à produção de vinho. No concernente à extinta freguesia de Pias, tal circunstância é mais evidente, porquanto a documentação mais antiga, de momento conhecida, não permite uma leitura da paisagem anterior à segunda metade do século XII, logo distante do ambiente cronológico proposto para o objeto alvo do presente estudo.

Ainda assim, trata-se de textos que se revestem de grande interesse quando as informações neles firmados merecem a devida atenção, tais como as indicações toponímicas, que nos oferecem relevantes dados para o povoamento medieval daquela freguesia, presentemente agregada às congéneres de Silvares e Nogueira, de que são exemplo as referências a topónimos como “Villa Noua”, “Pereira” e “Petra Labogueira”, citados numa carta de compra, de 21 de novembro de 1169 (*apud* Lopes, 2004, p. 319). Se alguns nomes se diluíram do léxico local com o passar do tempo, o termo “Villa Noua” enraizou-se, surgindo em diversa documentação medieval. Volta, por exemplo, a ser aludido numa carta de venda, de 11 de setembro de 1179 (*apud* Lopes, 2004, p. 320), constatando-se que o mesmo se reporta e se vai afirmando como um importante núcleo populacional de Pias e, ao mesmo tempo, como elemento de referência geográfica no quadro da dispersão demográfica local. Porém, vemos ser apontado naquele documento um casal denominado de “Torre”, termo que persiste na atualidade, dando nome a uma pequena parcela agrária que esbarra na margem direita do ribeiro de Pontarrinhas e que é, por sinal, a mais recuada alusão a um assentamento próximo da área onde se acha implantado o lagar rupestre das Moutadas. Outros documentos medievais de natureza diversa apontam para a presença de núcleos rurais dispersos pela extinta freguesia de Pias, ao longo do século XII, com particular incidência nos séculos XIII e XIV, mas somente voltaremos a ter indicações toponímicas confinantes com a área de assentamento da estrutura das Moutadas nos primeiros anos da centúria de quatrocentos.

Esta estrutura, cavada numa extensa superfície de rocha granítica, aparece pela primeira vez referida na *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*, conferindo-lhe os autores uma função cultual, sendo então o sítio denominando de “Santuário rupestre de Pias” (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2008, p. 186).

Trabalhos de limpeza da cavidade e da envolvente para registo gráfico, em março de 2015, permitiram constatar estarmos perante uma construção funcionalmente distinta da apontada. A remoção da água retida no interior, bem como das terras depositadas e lixos domésticos, possibilitou a observação completa da morfologia de um pio ou *lucus*, isto é, o recetáculo do líquido resultante da pisoagem e/ou prensagem realizada numa unidade de transformação de uvas em mosto, que se encontraria em plano superior. A tipologia e o contexto histórico-arqueológico traçado para o lagar rupestre das Moutadas parece possibilitar enquadrar esta unidade num aro cronológico que se situará entre o século VIII e XI, embora não obste a que o mesmo tenha tido um mais lato uso temporal.



FIGURA 6. Vista geral do lagar das Moutadas (2015).

O pio, de formato retangular e cantos arredondados, possui comprimento médio de 125 cm e largura de 58 cm. A profundidade útil cifra-se nos 27 cm, o que perfaz 0,33 m³ de capacidade máxima, dimensões que obrigam a considerar este lagar, tal como o de Vilar do Torno e Alentém, como do tipo “bica aberta”, isto é, que não havia lugar à fermentação do mosto no próprio lagar. O mesmo aconteceria em pipos de madeira ou talhas vinárias, após o transporte para a adega.

No fundo do pio foi realizada uma depressão de cerca de 10 a 12 cm de diâmetro, que permitia que, com um pequeno recipiente (por exemplo, uma tigela), se procedesse

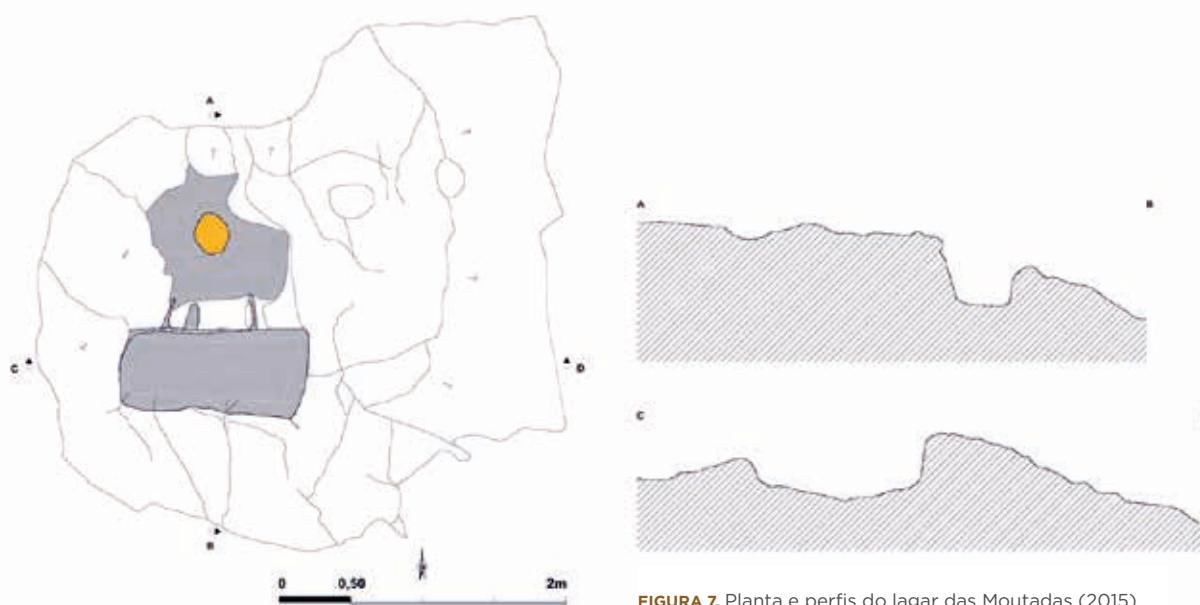


FIGURA 7. Planta e perfis do lagar das Moutadas (2015).

à recolha total do mosto para ali escorrido. A norte do pio detetam-se, talhadas na rocha, reminiscências para encaixe de uma estrutura em materiais perecíveis. Ainda que muito mutilada, é notória a regularização da superfície rochosa, tendente à obtenção de uma face horizontalizada, que presentemente revela uma planta sofrivelmente circular. O desbaste praticado, conquanto algo tosco, parece ter cumprido a função de nele ser firmado um caniço ou ripado de madeira, no qual seria praticada a pisa das uvas e eventualmente a prensagem do bagaço.

A ligação entre o caniço e o pio era feita por um canal de perfil em “U”, de não mais do que 18 cm de comprimento e cerca de 10 cm de largura. Era por este canal que era conduzido ao pio ou *lacus* o líquido transformado no caniço. Com cerca de 2 cm de largura, pouco profundos e de comprimento variável (21 e 25 cm), foram executados dois sulcos entre a base de assentamento da estrutura em ripado de madeira e o pio. Se tiveram similar função à do canal primeiramente descrito não o sabemos, mas são claramente de origem antrópica.

2.4. LAGAR DE RIO DE PORTO (LUSTOSA)

Este lagar rupestre, implantado no sopé da encosta norte da serra de Campelos, área de forte pendor topográfico sobre a margem direita de um pequeno riacho que tem por nome rio de Porto, afluente, pela margem esquerda, da ribeira de Sá, tributária do rio Vizela, encontra-se no interior da Quinta de Rio de Porto, entestado à face poente da parede de uma desativada eira de sequeiro⁴.

⁴ Cumpre-nos um agradecimento ao proprietário, Eng. Pereira Coutinho, pela autorização concedida para a realização dos necessários registos gráficos, com vista à caracterização desta unidade agrária.

FIGURA 8. Perspetiva geral do lagar de Rio de Porto. Vista superior, lado nascente (2014).



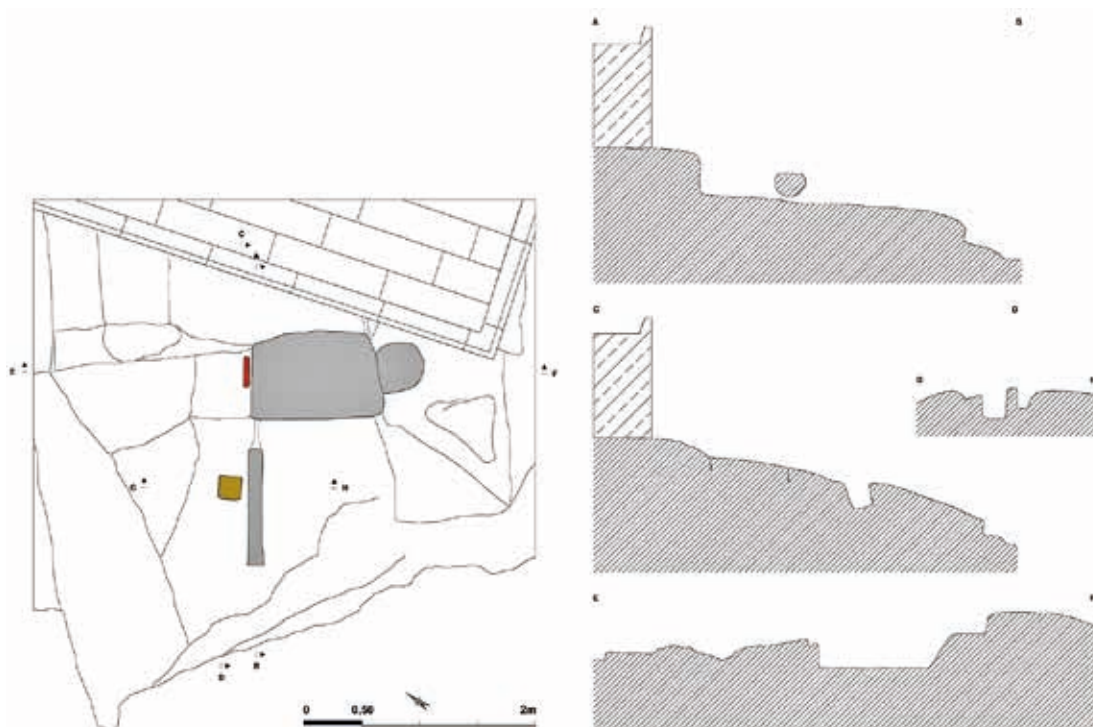


FIGURA 9. Planta e perfis do lagar de Rio de Porto (adaptado de Nunes e Lemos, 2013).

A ausência de vestígios arqueológicos romanos conhecidos nas imediações levou os autores da obra *Lustosa, Património e Identidade* a considerarem esta estrutura agrária do período medieval ou mesmo moderno (Nunes e Lemos, 2013, p. 211; 2015, pp. 21-25). Acrescentam os autores que para esta proposta concorre a “proximidade com o núcleo de povoamento medieval de São Mamede e sobretudo ao Caminho da Ermida, um troço viário medieval que corre nas cercanias dos prédios urbanos da Quinta de rio de Porto, uma unidade agrária que remonta, pelo menos, ao século XVIII” (Nunes e Lemos, 2013, pp. 211-212).

Estamos perante um lagar de pequenas dimensões, com alguns elementos estruturais mutilados. É composto, atualmente, por apenas um compartimento de transformação, o *calcatorium*, que tem de profundidade útil cerca de 21 cm. No canto inferior esquerdo foi aberto um canal ocular, de largura variável entre os 7 e os 10 cm, destinado ao escoamento do líquido. Nos topos das faces esquerda e direita do *calcatorium* encontram-se cavidades que julgamos relacionadas com o sistema de prensagem. No entalhe semicircular da direita, de feição algo tosca, funcionaria a *arbore*, enquanto no da esquerda, fraturado, haveria lugar à fixação das virgens ou *stipites*, destinadas a manter o regular movimento vertical do *prelum* ou vara. À esquerda do canal encontra-se, bem talhada na rocha, uma cavidade quadrangular (20 cm x 20 cm), que terá servido para nela fincar um poste de sustentação de uma cobertura. O canal de escoamento do líquido, de 1,1 m de comprimento e 12,5 cm de largura, encontra-se fraturado na extremidade proximal. Uma vez que se mostra impraticável a recolha de quaisquer líquidos, conduz-nos à interpretação de que o canal faria a ligação a um recetáculo em posição inferior relativamente ao *calcatorium*, destruído, por certo, na sequência da extração de rocha granítica praticada a oeste do lagar. Esta zona encontra-se presentemente aterra-

da e ajardinada, o que impossibilita que se lhe adivinhem quaisquer entalhes do tipo de recetáculo pelo qual era composta esta unidade lagareira.

Se outras cavidades associadas a esta estrutura agrária existiram no quadrante este, encontram-se ocultas pela construção de um muro de sustentação de uma eira de sequeiro, que se desenvolve a cerca de 10 cm.

3. APONTAMENTOS FINAIS

Este ensaio a propósito dos lagares rupestres vinários conhecidos no concelho de Lousada deve ser entendido como embrionário de um trabalho de fôlego que deverá passar, desde logo, por um alargado rastreio do território, de modo a tentar detetar outras infraestruturas similares às aqui apresentadas, ou mesmo de eventuais dados concernentes a construções perecíveis, possibilitando, assim, corroborar as propícias condições edafo-climáticas que o território mostra e contribuir para uma melhor caracterização da importância socioeconómica que terá desempenhado a vitivinicultura para as comunidades que aqui se instalaram ao longo dos tempos.

Muitos dos lagares, mercê da sua localização em zonas isoladas, mas onde outrora se terá verificado o plantio de vinha, acham-se ocultos por densa vegetação e praticamente ausentes da memória das populações locais, pelo que apenas socorrendo-nos de informações toponímicas e documentais, como evidenciado para o concreto caso do lagar de “Outeiro de lagar de mouros”, em Caíde de Rei, poderemos, de alguma maneira, colmatar o défice destas estruturas para se obterem mais concludentes apontamentos do ponto de vista crono-tipológico e para uma melhor caracterização da geografia da vinha no concelho de Lousada.

A totalidade dos lagares rupestres estudados apresenta natural inclinação no sentido do *lacus*, estando o *calcatorium* invariavelmente posicionado em plano superior, permitindo, assim, que o líquido escorresse apenas por ação gravitacional. Para este facto muito contribui o aproveitamento geomorfológico da rocha onde o lagar é lavrado. Dadas as exíguas dimensões destas infraestruturas, o vinho aqui produzido era, como fizemos sobressair anteriormente, do tipo “bica aberta”, isto é, não havia lugar à fermentação do vinho no lagar. Este era transportado em talhas ou odres até à adega ou armazém, onde era deixado a repousar em lugar fresco.

A dimensão e forma dos lagares foram ditadas pela extensão de rocha disponível sem imperfeições. Encontrámos, por vezes, unidades fissuradas, mas não o estariam à época em que foram lavradas. Nota-se claramente neste grupo de infraestruturas aqui analisadas uma seletiva escolha do sítio a talhar para o lagar. Achamos, por isso, que se deve buscar nesta razão a grande variedade morfológica dos lagares, isto é, um imperativo mais de carácter natural que económico, embora este, certamente, também tivesse o seu peso.

No particular aspeto ligado ao prensado das uvas, salientamos o facto de as reminiscências estruturais revelarem diferenciados mecanismos, que, pese embora a circunstância, pela variedade das cavidades e relação entre si não nos é possível apontar cabalmente qual o maquinismo ou engenho que ali poderia ter sido instalado e qual a forma

de funcionamento. Não deixa, pelo menos, de ser permissível constatar que todos os lagares com prato compreendiam um caniço de madeira ou de entrelaçado de vime, sendo para aqui lançado o bagaço e deixado a escorrer, como é um bom exemplo o lagar de Vilar do Torno e Alentém, sendo o peso sobre o mesmo eventualmente conseguido através da colocação de blocos de pedra assentes sobre tábuas.

Como referem Cláudio Brochado e Marta Marques (2012, p. 134), num artigo a propósito das lagaretas cavadas na rocha na vertente ocidental da serra da Peneda, “A Memória destes arqueo-sítios, enquanto referenciais de paisagem vinhateira e de saberes técnicos antigos deve ser preservada e interpretada, mas fora da esfera científica que subjaz aos encontros e congressos temáticos. É preciso que as autarquias e as associações locais invistam na sua reabilitação para se cumprir a sua salvaguarda”.

O caminho a percorrer é longo e, embora possam ser expressivos os futuros contributos quer da parte da história, quer da arqueologia, os passos serão necessariamente curtos e é certo que dificilmente se darão por concluídas as muitas questões em aberto, que pertinentemente se assomam relativamente ao peso económico que a vinha e o vinho tiveram em Lousada, num tempo longo que seguramente aqui podemos situar entre a Baixa Idade Média e os inícios da Idade Moderna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brandão, D. de P., dom, [1971]. Lagar. In: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Volume 11*. Lisboa: Editorial Verbo.

Bravo, P. e Oliveira, D. de, 1917. *Vinificação Moderna*. 2.^a Edição. Porto: Oficinas de O Commercio do Porto.

Brochado, C. L. e Marques, M. M., 2012. Lagaretas cavadas na rocha na vertente ocidental da Serra da Peneda: testemunhos de vinificação em altitude. In: A. B. Cardoso e S. Trilho, coord., 2012. *Actas do I Congresso Internacional Vinhas e Vinhos*. Viana do Castelo: Câmara Municipal. pp. 127-141.

Cardozo, M., 1946. Lagares dos Mouros. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, 21, pp. 134-150.

Coelho, M. H. da C., 1988. *O mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca.

Dias, L. T., 1997. *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

Leal, A. S. A. B. de P., 1886. *Portugal Antigo e Moderno*. Vol. X. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

Lopes, E. T., 2001. *Meinedo: subsídios para uma possível história desta freguesia*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

Lopes, E. T., 2004. *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

Mattoso, J., Krus, L. e Andrade, A. A., 1993. *A Terra de Santa Maria no Século XIII – Problemas e Documentos*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo.

Mendes-Pinto, J. M. S., 1992. *Património Arqueológico de Lousada: Plano Director Municipal de Lousada*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada (policopiado).

Mendes-Pinto, J. M. S., 1995. O povoamento da bacia superior do rio Sousa. Da proto-história à romanização. In: *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 1995. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 35 (1). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Moura, A. S., 2009. *Lousada Antiga*. 1.^a Parte. *Do Concelho*. Lousada: Edição de Autor.

Nunes, H. B., 1999. *Obras de Mário Cardozo*. Vol. II. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

Nunes, M. e Lemos, P., 2013. *Lustosa, Património e Identidade*. Lustosa: Junta de Freguesia de Lustosa.

Nunes, M. e Lemos, P., 2015. O lagar rupestre de Rio de Porto (Lustosa – Lousada). *Revista Municipal de Lousada (Suplemento de Arqueologia)*, 138, pp. 21-25.

Nunes, M., Sousa, L. e Gonçalves, C., 2008. *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

Silva, A. C. F. da, 1986. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira – Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

Sousa, L., 2012. Lagar rupestre de Vilar do Torno e Alentém (Lousada): contextualização historiográfica e arqueológica. *Revista Municipal de Lousada (Suplemento de Arqueologia)*, 98, pp. 1-4.

Sousa, L., 2016. Lagar escavado na rocha das Moutadas (Pias, Lousada). *Revista Municipal de Lousada (Suplemento de Arqueologia)*, 145, pp. 21-25.

Vieira, J. A., 1887. *O Minho Pitoresco. Vol. II*. Lisboa: Livraria António Pereira.